

PMS	INTE	GERIN
BIBLIOTECA		
Jornal	A Tarde	
Data	20/03/99	
Caderno	12	5
Seção		
Assinado	Gleislberg	

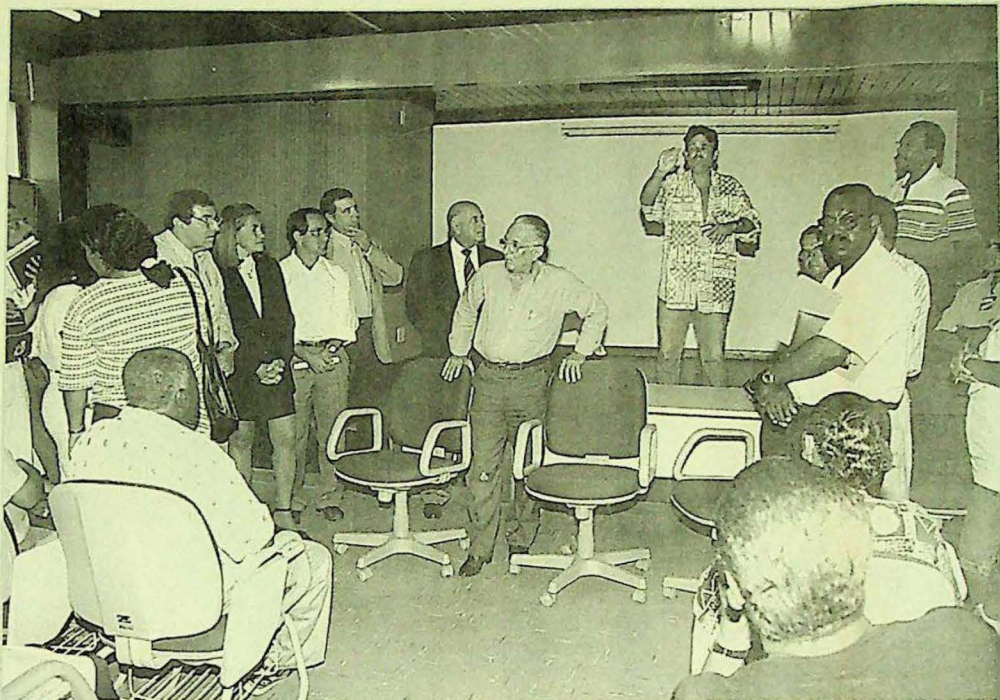
Conder vai assumir o papel social da Urbis, diz liquidante

Fotos: Marco Aurélio Martins

Cláudio Bandeira

Foi com grande ansiedade, e alguns ensaios de tumulto, que as lideranças comunitárias do projeto Viver Melhor esperaram na sede da Urbis, em Naranhíba, no final da manhã de ontem, a conclusão da reunião que definiria os procedimentos para a liquidação da empresa, prevista na reforma administrativa promovida pelo governo do estado. Dentro de seis meses, a Urbis, que somente nos últimos dois anos construiu 45 mil unidades habitacionais populares, estará totalmente extinta, mas desde já será incorporada à Conder, que deixa de ter apenas atribuições na Região Metropolitana de Salvador, passando a atuar em todo o estado.

"Todas as obras vão ser concluídas e a política habitacional de cunho social da Urbis será mantida pelo órgão sucessor", garantiu o ex-presidente da empresa, José Renato Veloso Lima, que passou a responsabilidade pela extinção da Urbis ao liquidante, Lafayette Pondé Filho, procurador do estado. Os funcionários também serão aproveitados pela nova empresa, disse o presidente da Servidores da Urbis Associados



Destino dos projetos habitacionais populares é a grande preocupação das lideranças comunitárias

(SUA), o arquiteto Luiz Garcia.

Após um minuto de silêncio das várias lideranças comunitárias, em protesto contra a dissolução da Urbis, os dirigentes da empresa liquidada tranquilizaram os mutuá-

rios e, principalmente, os moradores de projetos habitacionais populares, como o Viver Melhor, reunidos no auditório. Entre vários assuntos abordados, Veloso Lima explicou que o caráter social da Urbis será

mantido pela empresa que vai sucedê-la. Ele garantiu ainda que "as obras não serão interrompidas e que o contato com as comunidades será mantido", o que foi confirmado por Lafayette Pondé.

Mutuários querem "direitos garantidos"

Entre as preocupações da comunidade do Viver Melhor estava a paralisação das obras e dos trabalhos sociais paralelos desenvolvidos pela Urbis. "Estamos com medo que a relação que a Urbis mantinha com os moradores seja extinta com a empresa", disse Cleide Avelino, representante da comunidade de Fazenda Grande IV. Por sua vez, Antônio de Santana, morador em um projeto habitacional em São Marcos, pedia

que "os direitos dos moradores sejam garantidos".

O governo estadual decidiu extinguir a Urbis sob a alegação de que a empresa vem operando ao longo de sua existência com déficit operacional. "O trabalho de grande alcance social da Urbis, que entre 1965 a 1995 construiu 92.953 unidades habitacionais, não foi considerado pela equipe responsável pela reforma administrativa", lamentou o arquiteto

Luiz Garcia, presidente da SUA.

"Como um órgão de caráter social poderia dar lucro?", questiona Garcia, acrescentando que "o governo do estado deixou de reconhecer o papel relevante da empresa junto à sociedade, que ao longo de sua história produziu e construiu o bem mais durável e desejado pela população, sobretudo entre os seus segmentos mais carentes - a casa própria" finalizou.

